

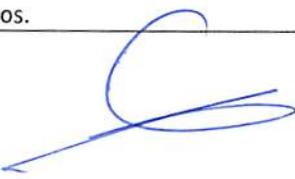


PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE TERRA SANTA



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: TERRA SANTA EDITAL Nº 02/2015 – CICI (DJE Nº 5769/2015, de 03 de julho de 2015). PERÍODO: 03 a 07 de agosto de 2015 Juiz Corregedor: JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE	NO. PROCESSO: 2016.7.003933-4 SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR Data Cadastro: 29/11/2016 CLASSE .....: CORREICAO - ORDINARIA
<b>1. INFORMAÇÕES GERAIS</b>	
1.1 UNIDADE JUDICIAL: Vara Única	
1.2 COMPETÊNCIA: Cível, Criminal, Infância e Execuções Penais (Regime Aberto)	
1.3 MAGISTRADO (A): Caio Marco Berardo	
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular	
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 27/05/2015	
<b>2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA</b>	
2.1 ENDEREÇO: Travessa Santa Terezinha, S/Nº, Centro.	
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Construído no ano de 2000, mediante convênio firmado entre o Município de Terra Santa e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará. É prédio próprio registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Terra Santa, Matrícula nº 0084, Livro 2-A, fl.84.	
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: <ul style="list-style-type: none"><li>• 01 sala cedida ao Ministério Público</li><li>• 02 salas cedidas ao Tribunal Regional Eleitoral – Cartório da 89ª Zona Eleitoral</li><li>• 01 copa</li><li>• 02 banheiros para o público</li><li>• 01 sala de conciliação</li><li>• 01 sala para a secretaria do gabinete</li><li>• 01 sala de audiência</li><li>• 01 gabinete</li><li>• 01 secretaria judicial</li><li>• 01 almoxarifado</li><li>• 01 arquivo</li><li>• 01 salão do júri.</li></ul>	
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: ( ) Boas            ( X ) Regulares            ( ) Ruins Justificar: O prédio é muito antigo e não se tem ideia da qualidade das fundações, embora tenha sido reformado no ano de 2014, não reestruturação dos banheiros e da cozinha e a fiação elétrica necessita urgentemente de troca e a implantação de sistema independente de tomadas e ar-condicionado. Não obstante a reforma tenha sido cumprida, notou-se ao longo do tempo que a qualidade dos materiais empregados não é das melhores, da mesma forma o acabamento começou a apontar sinais de má confecção. Aponte-se ainda que o terreno em que se encontra localizado o fórum é de grande extensão, havendo área ociosa que poderia ser melhor aproveitada, informando ainda o magistrado que há interesse da Justiça Eleitoral em construir prédio próprio em parte desta área ociosa, mediante doação de parte do terreno pelo TJEP, o que permitiria que o espaço utilizado pela justiça especializada dentro do fórum fosse reaproveitado para outras necessidades da unidade judiciária.	
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: ( X ) Boas            ( ) Regulares            ( ) Ruins Justificar: Apesar de o Fórum dispor de apenas 1 (uma) servente, cedida pelo Município de Terra, esta exerce sua atividade com zelo e dedicação, mesmo diante das dificuldades diárias, tais como: sujeiras que caem constantemente do teto e a presença de muitos insetos que pela manhã precisam ser juntados. Necessária assim uma dedetização completa do imóvel.	
2.6 MOBILIÁRIO: ( X ) Bom            ( ) Regular            ( ) Ruim Justificar: Foram recebidos mobiliário seminovo acerca de 2 anos.	

  
A1 



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE TERRA SANTA



**2.7 SEGURANÇA:**

( ) Boa ( X ) Regular ( ) Ruim

Justificar: Não há agente de segurança 24 horas, bem como o sistema de alarme desarma constantemente, devido as quedas constantes de energia elétrica ocorridas na cidade.

Aponte-se ainda que o terreno do fórum é cercado por uma cerca de estacas de madeira de pouco mais de um metro, não provendo condições adequadas de segurança aos servidores e bens do TJEPA.

**2.8 ACESSIBILIDADE:**

( ) Boa ( X ) Regular ( ) Ruim

Justificar: Apesar de a estrutura ser boa, ainda falta condições adequadas para cadeirantes e deficientes visuais.

**2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:**

( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim

Justificar: **NÃO HÁ**

**3. MAGISTRADOS**

**3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:** Caio Marco Berardo – Desde 27/05/2015

**3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO:** Não

**3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL:**

Férias Regulares – Quando ainda respondia pela Comarca.

PERÍODO: 06/04 a 05/05/2015

**3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS:** Comarca de Faro

**3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES**

Relacionar e descrever: Escola Superior da Magistratura

Ministrou o curso de Audiência de Custódia no período de 11 a 15/05/2015.

**3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:**

Relacionar e descrever:

- **Adoção da Central de Audiências** – Foi designado um funcionário para cuidar exclusivamente do processo entre a designação de audiência e sua realização, incluindo o cumprimento das determinações proferidas durante a audiência. Ao receber o processo com a designação de audiência, o funcionário cadastra os dados no sistema LIBRA, verificando quem necessita ser intimado, expedindo mandados e ofícios necessários, anotando o prazo de cumprimento, monitorando e zelando pela sua devolução. Com o cumprimento, coloca o processo no espaço “Aguardar realização de audiência”.
- **Método CIG – Cumprimento Imediato em Gabinete.** No que consiste as determinações proferidas em audiência, tais como ofício para desconto de alimentos em folha de pagamento, mandados de averbação em sentenças cujas partes dispensaram o prazo recursal, são expedidos imediatamente após o encerramento da ata fazendo-se uso da peça. Da mesma forma é emitida a Certidão de comparecimento para aqueles que necessitam. Tal metodologia desafogou sobremaneira a Secretaria Judicial, sem interferir no andamento das audiências.

**3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:**

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 – HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO	01/07/2010	30/01/2012
02 – ALEXANDRE JOSÉ CHAVES TRINDADE	01/02/2012	27/01/2015
03 – CAIO MARCO BERARDO (respondendo)	28/01/2015	05/04/2015
04 – CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA (respondendo)	06/04/2015	05/05/2015
05 – CAIO MARCO BERARDO (respondendo)	06/05/2015	26/05/2015
06 – CAIO MARCO BERARDO	27/05/2015	

**4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):**

**4.1 GABINETE:**

Nome: Vinícius Muller Costa Lopes

Cargo: Cedido

A<sup>2</sup>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**  
**CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE TERRA SANTA**



Ato de nomeação: Aprovação em concurso público do Município.  
Ato de lotação: Portaria nº 008/2008, de 04 de agosto de 2008.

**4.2 SECRETARIA DA VARA ÚNICA:**

Nome: Flávio Bezerra de Abreu

Cargo: Analista Judiciário – Mat. 122653

Função: Diretor de Secretaria

Ato de nomeação no cargo: Portaria nº 3199/2013, de 23 de agosto de 2013

Ato de nomeação na Função: Portaria nº 0661/2014, de 12 de março de 2014

Nome: Raiene Farias da Silva

Cargo: Cedido

Ato de nomeação: Aprovação em concurso público do Município.

Ato de lotação: Portaria 009/2008, de 04 de agosto de 2008

Nome: Maria Rosseline Batista Pinheiro

Cargo: estagiária

Nome: Luciana Braga dos Santos

Cargo: estagiária

**4.3. OUTROS SETORES:**

**4.3.3 – UNAJ**

Nome: Jônia Maíza Costa Bentes

Cargo: Atendente Judiciária – Mat. 13005

Função: Chefe da UNAJ Terra Santa

Ato Nomeação: Portaria nº 0250/1991, de 06 de março de 1991

Ato Nomeação Função: Portaria nº009/2012, de 04 de outubro de 2012

**4.3.4 – SECRETARIA DO JUÍZO**

Nome: Olinda Maria Azevedo Sousa

Cargo: Cedido

Ato de nomeação: Aprovação em concurso público do Município.

Ato de lotação: Portaria nº 03/2007, de 23/08/2007

**4.3.5 – OFICIAIS DE JUSTIÇA “AD HOC”**

Nome: Permínio Serrão Cavalcante Neto

Cargo: Cedido

Ato de nomeação: Aprovação em concurso público do Município.

Ato de lotação: Portaria nº 001/2013, de 17/01/2013

Nome: Raimundo Gato

Cargo: Cedido

Ato de nomeação: Aprovação em concurso público do Município.

Ato de lotação: Portaria nº 005/2008, de 13/02/2008

**4.3.6 – COPA**

Nome: Ângela Augusta de Almeida

Cargo: Cedido.

Ato de nomeação: Aprovação em concurso público do Município.

Ato de lotação: Portaria nº 002/2013, de 05 de agosto de 2013

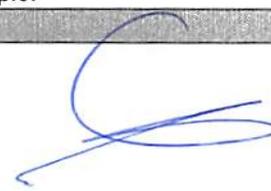
**4.3.7 – PORTARIA**

Nome: Félix Guimarães Costa

Cargo: Cedido

Ato de nomeação: Aprovação em concurso público do Município.

**5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA**

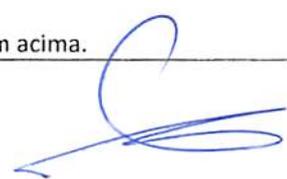
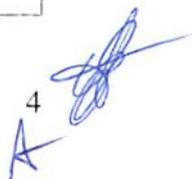
  
A 3 



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE TERRA SANTA



<b>5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> Mariana Sousa Cavaleiro de Macedo Dantas – 13/07/2015
<b>5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:</b> Titular
<b>5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?</b> Não
<b>5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> NUNCA HOUVE
<b>5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:</b> PREJUDICADO
<b>5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?</b> PREJUDICADO
<b>6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL</b>
<b>6.1 VEÍCULOS:</b> 04 (Quatro)
<b>6.1.1 FROTA:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• 01 automóvel modelo PALIO ELX FLEX, ano 2005, modelo 2006, cor preta, placa JUT 9208.</li><li>• 01 automóvel, modelo ECOSPORT FLEX, ano/modelo 2005, cor Prata, placa JUU – 2548.</li><li>• 01 motocicleta, modelo HONDA/CG 125 FAN, ano/modelo 2005, cor vermelha, placa JVL – 2289</li><li>• 01 motocicleta, modelo HONDA/NXR 150 BROS, ano/modelo 2014, cor preta, placa OTP – 8459</li></ul>
<b>6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?</b> ( ) Sim ( X ) Não Justificar: Em que pese a existência de 04 veículos, atualmente apenas as duas motocicletas estão em condições de uso, sendo utilizadas pelos oficiais de justiça. O Ecosport e o Palio rodam com dificuldade, pois o primeiro está precisando de reparos urgentes no amortecedor e o segundo de pneus novos. Há que mencionar ainda, que é preciso ir a certas comunidades que só são acessíveis por caminhonete traçada. Necessário ainda uma embarcação, tipo lancha, para o cumprimento de diligências nas comunidades ribeirinhas.
<b>6.2 INFORMÁTICA:</b>
<b>6.2.1 ACESSO Á INTERNET:</b> ( ) Bom ( X ) Regular ( ) Ruim Justificar: Embora se reconheça as dificuldades tecnológicas em determinadas regiões, bem como a melhora do sistema nos últimos anos, incluindo a ampliação de pontos, o link apresenta interrupções, embora esporádicas, periódicas e por tempo considerável.
<b>6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE):</b> 11 (onze) pontos, sendo 1 (um) cedido ao Ministério Público Tal quantidade é considerada suficiente? Justificar. No momento sim, entretanto não há possibilidade de expansão.
<b>6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS:</b> LIBRA e Planilhas próprias
<b>6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail):</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• tjepa128@tjpa.jus.br</li><li>• 1terrasanta@tjpa.jus.br</li></ul> Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Com que frequência? Diretor de Secretaria, verifica diariamente.
<b>7. SECRETARIA JUDICIAL</b>
<b>7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?</b> ( X ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim Justificar: Diretor zela pela conservação. Recentemente foi realizado um mutirão de secretaria. Foram ativados processos antigos. Colocado capa nova em autos cujas capas estavam deterioradas.
<b>7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?</b> ( X ) Sim ( ) Não Justificar: Os processos são acondicionados em caixas de diferentes cores, vermelha para feitos criminais, amarelo para cível, azuis para infância e cinza para os feitos suspensos e as execuções penais.
<b>7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?</b> ( X ) Sim ( ) Não Justificar: Há 3 (três) principais setores conforme descrito no item acima.

  
4  
A 



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**  
**CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE TERRA SANTA**



<p><b>7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?</b>  <input checked="" type="checkbox"/> Sim      ( ) Não  Justificar:</p>	
<p><b>7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?</b>  <input checked="" type="checkbox"/> Sim      ( ) Não  Justificar: Em especial pela chegada do novo CPC e atualizações legislativas constante nos últimos tempos.</p>	
<p><b>7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?</b>  <input checked="" type="checkbox"/> Sim      ( ) Não  Justificar: A pauta semanal é impressa e afixada no Mural de avisos do Fórum para que advogados e demais pessoas tenham acesso à data e hora das audiências, sem comprometer o bom andamento das audiências. Toma-se o cuidado de abreviar o nome de partes em processos de segredo de justiça.</p>	
<p><b>7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?</b>  ( ) Sim      ( X ) Não  Justificar: Devido a verificação constante de prazo, inclusive utilizando mecanismo do LIBRA, na aba "Notificações" e a realização periódica de arquivamento, mantém-se essa situação.</p>	
<p><b>7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?</b>  02 (duas) vezes por semana, proporcional ao movimento processual.</p>	
<p><b>8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL</b></p>	
<p><b>8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA</b>  2013: 1.562  2014: 1.756  2015: 2.075 (até 31/07/2015)</p>	
<b>8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>CIVEIS</b>	
CÍVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	14
CÍVEIS – META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	3
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	20
CÍVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)	4
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	2
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	44
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DA META)	333
SUSPENSOS (CONVENÇÃO DAS PARTES)	9
<b>CRIMINAIS</b>	
PENAS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	58
PENAS – META 4/2015-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	2
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	48
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	25
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	59
EXECUÇÃO PENAL	18

5  
A



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE TERRA SANTA



PENAIIS (EXCLUÍDOS OS DA META)	240
SUSPENSOS (art. 366 CPP)	36
<b>INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>	
ATO INFRACIONAL – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	2
SITUAÇÃO DE RISCO	0
TUTELA	0
GUARDA	2
ADOÇÃO	2
EXECUÇÃO MSE	4
ATOS INFRACIONAIS (EXCLUÍDOS OS DA META)	16
SUSPENSOS (Remissão Condicionada)	29
<b>CARTAS PRECATÓRIAS</b>	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	3
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	3
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	0
<b>TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA</b>	<b>976</b>
Feitos com Tramitação Externa	73
Contagem Física + Tramitação externa	1.049
ACERVO LIBRA	950

**9. INDICADORES GERAIS**

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CICI, NA INTERNET:

( X ) Sim ( ) Não

Justificar: Além do Manual de Rotinas são realizadas reuniões periódicas para melhorar sua aplicação.

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	688	404
2013	799	362
2014	899	637
2015 (até junho)	196	320

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

( X ) Sim ( ) Não

Justificar: São utilizadas tarjas coloridas na lombada inferior da capa, da seguinte maneira: rosa para Violência Doméstica, amarela para Infância, Verde para Tribunal do Juri, e utilizadas etiquetas com símbolos próprios para Idoso, Réu Preso, Juri, Violência Doméstica.

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

(3) INICIAIS;

(5) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ

(1) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;

(4) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:

(2) IDOSO;

(2) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;

(2) AÇÕES DE ALIMENTOS;

(1) RÉU PRESO;

(2) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;

(1) ALVARÁ DE SOLTURA;

A 6



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**  
**CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE TERRA SANTA**



(7) POR ORDEM CRONOLÓGICA

(8) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;

(6) OUTRO – Metas CNJ

**OBSERVAÇÕES:** Os pedidos liminares e de antecipação de tutela sempre precedem os demais independentemente da categoria e de serem iniciais ou não, uma vez que tratam de perecimento de direito. Da mesma forma os processos de réu preso e alvará de soltura. Em seguida, em segundo lugar vem as preferências legais, como infância e juventude, idoso, MS HC, HD e alimentos. Lembrando que caso se trate de réu preso o HC ingressa na primeira categoria. Da mesma forma, se qualquer deles tiver pedido liminar também prefere a ordem. Em terceiro lugar vem as iniciais que não se enquadram na categoria anterior, a fim de que se de impulso oficial ao pedido e se evite o represamento em secretaria. Posteriormente surgem os processos com audiência, que pela mesma razão anterior, são encaminhados para evitar represamento e dar vazão a pauta. Na sequência, aparecem os processos solicitados pelo magistrado uma vez que os enquadrados nas categorias anteriores devem ser remetidos imediatamente e independentemente de pedido. Por fim, os processos de meta, obviamente desde que não tenham se enquadrado em nenhuma das situações precedentes, seguidos do grupo classificado por ordem cronológica dos pedidos e os de anos mais antigos precedendo os mais novos.

**9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ**

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	X	
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	X	
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	X	
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	X	
INFOSEG	X	
CNACL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	X	
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	X	
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	X	
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	Prejudicado	Prejudicado
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	

**9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?**

( X ) Sim ( ) Não

Justificar: No momento não há nenhum procedimento desta natureza em tramitação na unidade.

**10. INDICADORES CÍVEIS**

**10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):**

META CUMPRIDA

Acervo da Meta 2011: 456

Alvo: 365

Processos Julgados até 2014: 324

Processos Julgados até julho de 2015: 58

Total de Julgados: 382

Grau de Cumprimento: 83,77%

*[Handwritten signature and initials]*  
 A 7



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**  
**CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE TERRA SANTA**



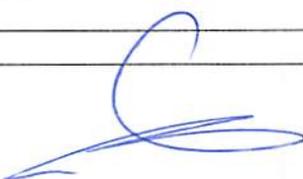
Esse acervo é referente a soma dos feitos criminais, cíveis e da infância, visto que o sistema LIBRA não diferencia o estoque inicial.
<b>10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO:</b> Sim. Os despachos são regularmente cumpridos e os autos encaminhados periodicamente as Fazendas Estadual e Federal. Não há execução fiscal do Município em tramitação.
<b>10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012):</b> Não. Acervo da Meta: 4 <ul style="list-style-type: none"><li>• 0000336-78.2012</li><li>• 0000102-16.2010</li><li>• 0000146-64.2012</li><li>• 0000101-31.2012</li></ul> Julgados: 0 O Grupo de trabalho está auxiliando no cumprimento desta Meta.
<b>10.4 CONCESSÃO, INDEFERIMENTO OU NÃO APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:</b> 2013: 124 2014: 123 2015 (até 31/07/2015): 63
<b>11. INDICADORES CRIMINAIS</b>
<b>11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):</b> <u>META CUMPRIDA</u> Acervo da Meta 2011: 456 Alvo: 365 Processos Julgados até 2014: 324 Processos Julgados até julho de 2015: 58 Total de Julgados: 382 Grau de Cumprimento: 83,77% Esse acervo é referente a soma dos feitos criminais, cíveis e da infância, visto que o sistema LIBRA não diferencia o estoque inicial.
<b>11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS:</b> 01 (um). Já foi solicitada a vaga, deferida, aguardando transferência. Tal preso condenado é o único que se encontra atualmente custodiado na Delegacia de Polícia, conforme verificado pelo Juiz Corregedor <i>in loco</i> em visita realizada em 04/08/2015.
<b>11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS:</b> 6 (seis)
<b>11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS:</b> ( ) Sim            ( X ) Não Justificar: Como não há competência para execução de pena privativa de liberdade pelo Juízo da comarca, ante a inexistência de estabelecimento de custódia, a regra é que os presos condenados permaneçam apenas o tempo necessário para viabilizar sua transferência, passando os feitos a serem geridos pelo Juízo da execução, permanecendo para gestão da unidade apenas os presos processuais.
<b>11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ:</b> ( ) Sim            ( X ) Não Justificar: Não foi observada a reavaliação periódica da custódia preventiva, conforme determinado na Resolução
<b>11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR?</b> ( ) Sim            ( X ) Não



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**  
**CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE TERRA SANTA**



Justificar: Há apenas 5 (cinco) feitos com presos provisórios, estando com tramitação regular apenas dois destes (aqueles que ingressaram em 2015), nos outros três não foi observado o cumprimento da Resolução CNJ nº 66/2009
<b>11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009):</b> Meta Não Cumprida. Há atualmente 12 processos no estoque da meta, 4 deles suspensos.
<b>11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES:</b> 01 (um).
<b>12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>
<b>12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE:</b> 0 (zero)
<b>12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS:</b> 0 (zero)
<b>12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS:</b> 0 (zero)
<b>12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS?</b> ( ) Sim ( X ) Não Justificar:
<b>12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA:</b> 04 (quatro) OBS: Há 29 (vinte e nove) adolescentes em Remissão condicionada.
<b>12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS:</b> ( ) Sim ( X ) Não Justificar: Não há equipe própria.
<b>12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA?</b> Não
<b>12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES?</b> PREJUDICADO
<b>12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA?</b> Existe apenas o CRAS que não é entidade específica.
<b>13. INDICADORES EXECUÇÃO PENAL</b>
<b>13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE?</b> ( ) Sim ( X ) Não Justificar:
<b>13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR?</b> ( ) Sim ( X ) Não Justificar: A comarca possui apenas presos do Regime Aberto.
<b>13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO?</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado, pois a Comarca não possui VEP.
<b>13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR?</b> ( X ) Sim ( ) Não Justificar: Os processos estão em setor e caixa própria e são acompanhados periodicamente.
<b>13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA?</b> Não.
<b>13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO?</b> Prejudicado
<b>13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA?</b> 01 (uma) vez por mês na Delegacia de Polícia
<b>13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO?</b>

  
A 9 



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE TERRA SANTA



Sim. Algumas transações penais consiste em prestação pecuniária a este Conselho.		
<b>14. PRECATÓRIAS</b>		
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 03 (três)		
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 03 (três)		
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 22 (vinte e dois)		
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? ( X ) Sim ( ) Não Justificar: O processos que possuem Carta Precatória emitida, aguardam o decurso do prazo de cumprimento em Caixa própria, devidamente localizada internamente em Secretaria, através de tramitação interna. No momento da tramitação é indicado o prazo no sistema LIBRA visando utilizar o mecanismo das "Notificações". Verificado a extrapolação de prazo, o Diretor de Secretaria através de Ato Ordinatório, determinada o envio de ofício ao Juízo deprecado fazendo a cobrança. Tal ofício é enviado por e-mail, se for de comarca do TJPA ou Malote Digital para as demais comarcas. Somente em último caso, utiliza-se o envio pelo correio.		
<b>15. INQUÉRITOS POLICIAIS</b>		
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 0 (zero) Obs: Os Inquéritos quando recebidos da Delegacia e registrados no sistema LIBRA são imediatamente encaminhados ao Ministério Público por meio de Ato Ordinatório. Quando os IPLs retornam do Ministério Público com a denúncia oferecida o IPL é logo arquivado.		
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 10 (dez) Aponte-se que tal quantidade foi conferida manualmente através de livro de cargas uma vez que o LIBRA não fornece tal dado, a despeito de tais cargas encontrarem-se regularmente registradas no sistema, pelo que sugere o magistrado da unidade que a CICI solicite à Secretaria de Informática a inclusão de tal campo nos relatórios gerados pelo sistema de gestão processual.		
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 05 (cinco)		
<b>16. PETIÇÕES:</b>		
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 0 (nenhuma) Obs: As petições são recebidas, protocoladas e imediatamente encaminhadas ao funcionário responsável pela juntada, que passa para o Diretor para conferência e determina o andamento.		
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 0 (nenhuma) Obs: Não há processos pré conclusos em Secretaria.		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 39 Cível, 26 Penal e 3 Infância		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 0 (nenhuma) Obs: Conforme rotina descrita no item 16.1		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 0 (nenhuma) Obs: Conforme rotina descrita no item 16.1		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 188 (cento e oitenta e oito)		
<b>17. PENDÊNCIAS DA SERVENTIA</b>		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 0 (nenhum) Obs: Foi realizado recentemente um mutirão que deu andamento a todos os que se encontravam nesta situação.		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 134 (cento e trinta e quatro)		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 0 (nenhum)		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 0 (nenhum)		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 188 (cento e oitenta e oito)		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
PERMÍNIO SERRÃO CAVALCANTE NETO	124	08/06/2015
RAIMUNDO GATO	288	11/06/2015



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**  
**CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE TERRA SANTA**



Aponte-se que os dois oficiais de justiça são servidores cedidos pela prefeitura, designados "ad hoc" para exercício da função, situação que enseja intervenção urgente da Administração Superior deste TJEPA para a nomeação de servidores do quadro para o cargo de Oficial de Justiça Avaliador.

**17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO?**

( X ) Sim ( ) Não

Justificar: Os processos que possuem Mandados expedidos, aguardam o decurso do prazo de 30 (trinta) dias para seu cumprimento em Caixa própria, devidamente localizada internamente em Secretaria, através de tramitação interna. No momento da tramitação é indicado o prazo no sistema LIBRA visando utilizar o mecanismo das "Notificações". Verificado a extrapolação de prazo, o Diretor de Secretaria se desloca até a sala dos oficiais e solicita a devolução. Somente em último caso, é feito a cobrança através de ato ordinatório. Isto porque, apesar de os oficiais serem cedidos, prestam o serviço com muito zelo e dedicação, não deixando de envidar esforços para o cumprimento dos mandados, que não são poucos.

**17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:**

	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	50	23/05/2015
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	00	
17.7.3 ADVOGADO	05	30/06/2015

**17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO?**

( X ) Sim ( ) Não

Justificar: Através de controle de prazo no sistema LIBRA e nas caixas específicas. A cobrança é feita através de ato ordinatório.

Apontou ainda o magistrado da unidade que o sistema LIBRA não reconhece como carga externa os feitos encaminhados à Procuradoria da Fazenda, a despeito de regulamente tramitados no sistema de gestão processual, não sendo incluídos tais feitos no cômputo do resumo diário do LIBRA, pelo que o magistrado da unidade solicitou a intervenção desta Corregedoria junto à Secretaria de Informática a fim de que seja sanada esta distorção do sistema.

**18. ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)**

**18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ?**

( X ) Sim ( ) Não

Justificar:

**18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?**

( ) Sim ( X ) Não

Justificar: Embora concentradas em local determinado, a sala não é segura pois não possui grades no forro e não há cofre na unidade.

**18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?**

( X ) Sim ( ) Não

Justificar:

**18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:**

BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
Celular	0002721-11.2013	LUCINALDO MACIEL PEREIRA
Celular	0001164-18.2015	JOSE EDENILSON DE ARAUJO SETUVAL

**18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?**

( ) Sim ( X ) Não

Justificar: Recentemente a coleta foi realizada.

**18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?**

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE TERRA SANTA



( ) Sim ( X ) Não Justificar: Segundo informação da Comissão de Transportes de Armas, o Exército apenas destrói as armas de fogo e munições e não aceita para doação.
<b>19. CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS</b>
<b>19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?</b> ( X ) Sim ( ) Não
<b>19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?</b> ( X ) Sim ( ) Não Justificar:
<b>19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?</b> ( X ) Sim ( ) Não Justificar: Processos ainda não foram concluídos.
<b>19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?</b> ( X ) Sim ( ) Não Servidora: Jônia Maíza Costa Bentes – Atendente Judiciária. Mat. 13005
<b>19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?</b> ( X ) Sim ( ) Não Justificar:
<b>19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?</b> ( X ) Sim ( ) Não Justificar:
<b>20. CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:</b> Não foram apresentadas.
<b>21. CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:</b> Dentre tudo aquilo que é disponibilizado de forma material e de pessoal para a Comarca, procurou-se com apoio de toda equipe de trabalho se tirar o máximo de proveito dos recursos oferecidos para se atingir a maior eficácia possível. A equipe de trabalho comandada pelo Diretor de Secretaria dotado de iniciativa e visão cumpriu as tarefas nesse período e necessita apenas de orientações pontuais para corrigir determinados vícios e costumes aos quais algumas vezes resistem. Por isso será adotado o método de reuniões constantes com esclarecimentos e orientações para corrigir e aperfeiçoar estes pontos.
<b>22. CONSIDERAÇÕES / RECOMENDAÇÕES DA CJCI:</b> 1 – Conforme relatado, o imóvel em que funciona o Fórum é antigo e, a despeito de ter passado por reforma no ano de 2014, ainda carece de reforma nos banheiros e cozinha, bem como revisão da infraestrutura elétrica e realização de obras para garantir a acessibilidade do imóvel. <b>Providência:</b> Oficiar à Secretaria de Engenharia e Arquitetura desta E. Corte, a fim de que seja avaliada a possibilidade de realização de reformas complementares no imóvel do fórum. 2 – Verificou-se que o terreno no qual encontra-se o fórum é amplo, com considerável área não construída, havendo, conforme relatado pelo magistrado, manifestação de interesse da Justiça Eleitoral em construir prédio próprio na comarca, mediante doação de parte do terreno pelo TJEP. <b>Providência:</b> Oficiar à Presidência desta E. Corte a fim de que seja avaliado se há interesse da Administração em eventual pactuação com a Justiça Eleitoral. 3 - Relatou-se que a segurança do fórum é deficitária, uma vez que não há empresa contratada para segurança 24h (vinte e quatro horas), havendo ainda registro de mal funcionamento do sistema de alarme, agravado pelo fato do imóvel do fórum ser guarnecido por cerca feita de estacas de madeira, medindo pouco mais de um metro, não provendo condições adequadas de segurança aos servidores e bens do poder judiciário. <b>Providência:</b> Oficiar à Secretaria de Administração desta E. Corte, a fim de que seja avaliada a possibilidade de adoção de providências para solucionar as questões apresentadas.

12  
A



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE TERRA SANTA



4 - Observou-se que o quadro de servidores da comarca se mostra insuficiente para o atendimento da diversidade de matérias que se encontram sob a competência da Vara, sendo composto majoritariamente por servidores cedidos pela prefeitura municipal, havendo necessidade de capacitação e qualificação de servidores objetivando a eficácia das rotinas da secretaria judicial, bem como nomeação de servidores para composição do quadro efetivo.

**Providência:** 1 - Oficiar à Secretaria de Gestão de Pessoas, a fim de que seja avaliada a possibilidade da lotação/nomeação de servidores (analistas, oficiais de justiça e auxiliares) para composição do quadro efetivo. 2 - Oficiar à Escola Superior da Magistratura, a fim de que seja avaliada a possibilidade de disponibilização de cursos, sob a modalidade "à distância", de atualização no novo CPC, gestão de secretaria e outros que contribuam para o aprimoramento da atividade judicial.

5 - Narrou-se que a frota disponível não atende adequadamente às demandas da unidade, havendo necessidade de realização de reparos nos automóveis da comarca, bem como aquisição de outros veículos adequados às peculiaridades da demanda local, tais como caminhonete com tração nas quatro rodas e embarcação fluvial.

**Providência:** Oficiar à Secretaria de Administração a fim de que seja avaliada a possibilidade de adoção de providências para atender às demandas da Comarca.

6 - No cotejo de informações entre o quantitativo de processos localizados em contagem física e aqueles constantes no acervo ativo do sistema LIBRA, verificou-se que o acervo constante no sistema é menor que o físico, do que depreende-se a possível existência de processos em tramitação que não encontram-se devidamente ativados no sistema de gestão processual.

**Providência:** Deve o Diretor de Secretaria da unidade promover a conferência do acervo físico em tramitação, promovendo a necessária ativação no sistema dos feitos, a fim de sanar a discrepância entre o acervo físico e o ativo no sistema de gestão.

7 - Não observou-se o cumprimento da determinação constante na Resolução nº66/2009-CNCJ, no sentido de proceder-se a reavaliação periódica da necessidade de custódia dos presos processuais

**Providência:** Deve o Diretor de Secretaria da unidade promover periodicamente a conclusão dos feitos em que há presos provisórios, nos casos em que a necessidade manutenção da custódia não tenha sido reavaliada nos três meses antecedentes.

8 - Não há na comarca equipe multidisciplinar para atuar nos feitos em que há necessidade de fiscalização da execução de medida socioeducativa.

**Providência:** Oficiar à Secretaria de Gestão de Pessoas, a fim de que seja avaliada a possibilidade da lotação/nomeação de servidores para composição da equipe multidisciplinar.

9 - Para contabilização dos inquéritos policiais encaminhados ao Ministério Público fez-se necessária a conferência física dos livros de carga, uma vez que tal dado não é fornecido pelos relatórios do LIBRA.

**Providência:** Oficiar à Secretaria de Informática, a fim de que seja avaliada a possibilidade da inclusão de tal ferramenta no sistema de gestão processual.

10 - Na contabilização dos feitos com carga externa, verificou o magistrado da unidade que o sistema LIBRA não reconhece como carga externa os feitos encaminhados à Procuradoria da Fazenda, a despeito de regulamente tramitados no sistema de gestão processual, não sendo incluídos tais feitos no cômputo do resumo diário do LIBRA.

**Providência:** Oficiar à Secretaria de Informática, a fim de que seja avaliada a ocorrência e possibilidade de correção de tal inconsistência no sistema de gestão processual.

11 - Verificou-se a inexistência de sala adequada para guarda de armas de fogo apreendidas, uma vez que, embora concentradas em local determinado, a sala não oferece as condições de segurança necessárias.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE TERRA SANTA

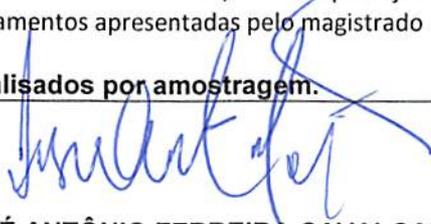


**Providência:** Oficiar à Secretaria de Engenharia e Arquitetura desta E. Corte, a fim de que seja avaliada a possibilidade de realização de reformas complementares no imóvel do fórum para adequação da sala de armas.

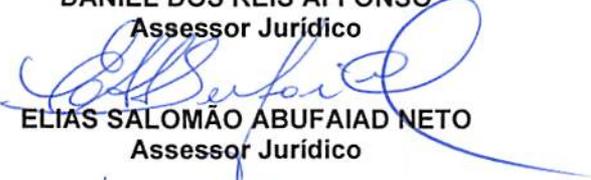
12 – Apresentou o magistrado diversas sugestões de aprimoramentos ao sistema LIBRA, com inclusão de campos e/ou relatórios a fim de facilitar a gestão do acervo da unidade.

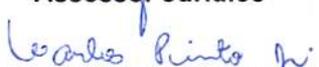
**Providência:** Oficiar à Secretaria de Informática, a fim de que seja avaliada a possibilidade da inclusão das sugestões de aprimoramentos apresentadas pelo magistrado no sistema de gestão processual.

**Anexo: Processos analisados por amostragem.**

  
JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE  
Juiz Auxiliar da CJCI

  
DANIEL DOS REIS AFFONSO  
Assessor Jurídico

  
ELIAS SALOMÃO ABUFAIAD NETO  
Assessor Jurídico

  
CARLOS PINTO DA SILVA JR.  
Analista Judiciário